

**AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE *DISCLOSURE* DE PASSIVOS AMBIENTAIS  
CONTINGENTES PELAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO  
ENTRE 2010 E 2014**

**EVALUATION OF DISCLOSURE LEVEL REGARDING CONTINGENT  
ENVIRONMENTAL LIABILITIES BY THE MAIN COMPANIES OF THE  
ELECTRICITY SECTOR BETWEEN 2010 AND 2014**

*Recebido: 1/12/2016 – Aprovado: 17/05/2017 – Publicado: 10 /12/2017*

*Processo de Avaliação: Double Blind Review*

Diego Zacarias Santos<sup>1</sup>

Mestrando em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Dimas Castilho<sup>2</sup>

Mestrando em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Alexandre Gonzales<sup>3</sup>

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP).  
Professor do Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

## **RESUMO**

O presente artigo tratou do nível de evidenciação contábil ambiental das maiores empresas de geração de energia listadas na BM&F Bovespa, analisando-se as exigências do Pronunciamento Contábil que tratam do tema. A avaliação das informações

---

<sup>1</sup> Autor para correspondência: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – R. Monte Alegre, 984. Perdizes, São Paulo, SP, Brasil – CEP: 05014-901. dzsantos@outlook.com

<sup>2</sup> Autor para correspondência: dimas@premioinvest.com.br

<sup>3</sup> Autor para correspondência: agonzales@pucsp.br



compreendeu as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) entre os anos de 2010 e 2014. Posto isso, devido à obrigatoriedade contábil da evidenciação de passivos tributários das empresas, buscou-se identificar se as empresas do setor de energia estão cumprindo os pré-requisitos mínimos de *disclosure* de contingências ambientais, conforme requerido pelo CPC 25. O objetivo do estudo foi identificar o nível de evidenciação contábil ambiental das maiores empresas de geração de energia listadas na BM&F Bovespa, analisando-se as exigências do Pronunciamento Contábil. Para este estudo foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, cuja avaliação se ateve ao *disclosure* efetuado pelas empresas objetos deste artigo. A evidenciação das informações objetos do estudo são de caráter obrigatório por serem conceituadas como mandatórias pelas normas contábeis vigentes, e são reforçadas por serem empresas de capital aberto que devem divulgar periodicamente em suas DFPs. Os resultados do estudo demonstraram de forma geral que essas empresas apresentam um nível moderadamente satisfatório de *disclosure* de passivos contingentes ambientais, mas ainda precisam melhorar o nível de apresentação.

**Palavras-chave:** Passivos ambientais; *disclosure*, energia.

## **ABSTRACT**

This paper treated of environmental accounting disclosure level regarding the largest energy generation companies listed at BM&F Bovespa, analyzing the requirements of the Accounting Standards Pronouncement related to the subject. The evaluation of information included the Standards Accounting Statements (DFP) between the years 2010 and 2014. The sample of companies was based on companies with significant assets amount and listed on the Sao Paulo Stock Exchange (BM&F BOVESPA) that are within the universe of those which significantly impact the environment due their activities. Therefore, due an accounting requirement regarding the disclosure of tax liabilities by companies, the main goal were identify if companies from energy sector are complying with the minimum demanding related to environmental contingencies disclosure, as required by CPC 25. The objective of the study was to identify the level of environmental accounting disclosure of the largest energy generation companies listed at BM&F Bovespa, analyzing the Accounting Standards requirements. For this academic study was used the content analysis methodology, which evaluation considered just the disclosure made by companies object of this paper. The disclosure of information object of the study



are compulsory because are considered as mandatory due the current accounting standards, and are reinforced why they are opened stock exchange companies being required periodically the disclosure in them DFPs. The results of the study showed generally that this companies present a moderately satisfactory accounting disclosure level of environmental contingent liabilities, however they need to improve the presentation level.

**Keywords:** Environmental liabilities; disclosure; energy.



## 1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida para o estudo da teoria de uma ciência social como a contabilidade é estabelecer seus objetivos, para que a construção e o armazenamento da informação contábil possam ser utilizados de maneira flexível e igualitária aos diversos tipos de usuários, independentemente das diferentes ênfases que um ou outro usuário demande. Portanto, a base em que repousa a informação contábil deve ser uniforme (IUDÍCIBUS, 2009).

A contabilidade menos preocupada com as normas e regras, e mais focada na essência, amplia a importância da evidenciação adequada das informações contábeis, passando a incorporar preocupações com a dimensão social e seus impactos para a coletividade. Assim, a informação contábil deve traduzir a dinâmica da entidade de maneira abrangente e não apenas a posição econômico-financeira passada.

O conceito de responsabilidade social é amplo, referindo-se à ética como princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage: acionistas, empregados, consumidores, rede de fornecedores, meio ambiente, governo, mercado e comunidade. A questão da responsabilidade social vai, portanto, além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude numa perspectiva de gestão empresarial com foco na responsabilidade social das relações e na geração de valor para todos (OLIVEIRA NETO, 2000).

Os usuários das informações contábeis passam a apreciar a atuação sustentável das empresas e sua relação com o meio ambiente, devido ao interesse desses na evidenciação dos passivos ambientais gerados. O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial (IBRACON, 1996).

O contexto socioambiental levou à necessidade de que a informação contábil transcenda não somente os fatos econômicos, e que as empresas demonstrem de forma transparente o resultado da sua atuação em um determinado ambiente.

Os passivos ambientais podem ter como origem, de acordo com Ribeiro e Lisboa (2000), qualquer evento ou transação que reflita a interação da empresa com o meio ecológico, cujo sacrifício de recursos econômicos se dará no futuro.

Posto isso, e em adição, devido à obrigatoriedade contábil da evidenciação de passivos tributários das empresas, busca-se identificar: *As empresas do setor de energia estão cumprindo os pré-requisitos mínimos de disclosure de contingências ambientais, conforme requerido pelo CPC 25?*

O objetivo do estudo é identificar o nível de evidenciação contábil ambiental das maiores empresas de geração de energia listadas na BM&F Bovespa, analisando-se as exigências do Pronunciamento Contábil que trata do tema.

A construção de grandes barragens provoca a perda de grandes áreas agrícolas, modifica o curso do rio, passando de um regime terrestre-fluvial para um regime lacustre, afeta diretamente todo ecossistema, o clima e as espécies locais, provoca também o deslocamento de populações, fatores motivos esses que deveriam ser considerados no processo de tomada de decisão nos investimentos em hidroelétricas (MOURA, 1998).

O setor de geração de energia elétrica costuma provocar algum tipo de impacto ambiental devido à construção de usinas hidrelétricas, em que se aproveita os desníveis naturais dos cursos dos rios para ter uma vazão mínima e ganhar produtividade; dessa forma, foi justificado o estudo para o referido setor.

A metodologia da pesquisa foi exploratória-descritiva, com uma abordagem qualitativa a partir de banco de dados secundários, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo e teve como amostra as maiores empresas do setor de energia listadas na BM&F Bovespa.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O *DISCLOSURE* DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Com o objetivo de prover informações contábeis para diversos tipos de usuários, o *disclosure* diz respeito à divulgação, e assim, na perspectiva social da contabilidade, está relacionado a informações socioambientais que interagem com as atividades das organizações e que podem impactar na sua saúde financeira (MURCIA et al., 2010).

O conceito do termo *disclosure*, que vem do inglês e pode ser traduzido como “evidenciação”, tem sido amplamente utilizado por causa de sua adoção pela comunidade que produz e utiliza a informação contábil.

A evidenciação compreende não somente as demonstrações contábeis, mas os vários métodos disponíveis para sua realização. Sobre o tema, Gonçalves e Ott (2002, p. 3) esclarecem que: “os métodos de divulgação não se resumem apenas às demonstrações contábeis, mas informações relevantes podem ser disseminadas através do Relatório da Administração, Notas Explicativas, boletins, reuniões com analistas de mercado/acionistas, entre outros”.

Na maioria dos países o *disclosure* é voluntário, porém especialmente nos países nórdicos, a divulgação das informações ambientais é exigida por lei (NOSSA, 2002).

A exemplo das demais contingências passivas, a evidenciação de passivos ambientais pode ser observada desde 2005 com a publicação da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2006).

Essa mesma resolução foi revogada pela Resolução CFC 1.180 de 2009, a qual versa sobre provisões, passivos contingentes, sendo o principal objetivo a convergência das normas brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, a saber o International Accounting Standard (IAS) 37 do International Accounting Standard Board (IASB), resultando dessa a convergência o Pronunciamento Técnico CPC 25 (CPC, 2009).

### **2.2. O CPC 25 E AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL**

Aprovado em junho de 2009 e divulgado em setembro de 2009 pelo Conselho de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Pronunciamento Técnico CPC 25 tornou

obrigatória a divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC, 2009). Dentre o rol de passivos contingentes a serem evidenciados, estão os classificados como ambientais, que pressupõem obrigações relacionadas a penalidades pelos danos ambientais.

Ferreira (2011) afirma que os registros contábeis relativos às informações ambientais devem obedecer aos princípios contábeis, o que é complementado por Paiva (2003), ao se referir à necessidade da evidenciação dos gastos e provisões relacionados ao meio ambiente.

Atualmente, de acordo com o CPC 25, três condições devem ser atendidas para o reconhecimento de uma provisão:

1. a entidade tem uma obrigação presente (legal não formalizada) como resultado de evento passado;
2. seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
3. possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação (CPC, 2009).

O CPC 25 destaca o caráter circunstancial da provisão em função do grau de incerteza, mais destaca que esta deve ser tratada como passivo porque são obrigações presentes e é provável que ocorra a necessidade de recursos econômicos para liquidar a obrigação.

Além disso, o CPC 25 traz ainda orientações de quais devem ser as tratativas para os passivos contingentes no que se refere ao seu provisionamento e *disclosure*, podendo ser sintetizados conforme esquema abaixo:

<b>Probabilidade das contingências</b>	<b>Estimativa confiável</b>	<b>Tratativa</b>
Saída Provável	Sim Não	Provisionamento Divulgação
Saída Possível	Não	Divulgação
Saída Remota	-	Nenhuma tratativa

Quadro 1 Tratativa dos passivos ambientais contingentes.

Fonte: CPC 25 (CPC, 2009), adaptado pelos autores.

Sobre a qualidade da informação contábil e sua capacidade em atender diversos tipos de usuários, Silva, Rech e Cunha (2014) observam que a divulgação adequada de informações contábeis pode diminuir a assimetria informacional, possibilitando que os usuários externos tomem decisões com bases confiáveis e igualitárias.

Para Fisher, Frederickson e Peffer (2002), a assimetria informacional em geral se estabelece quando determinado indivíduo ou grupo possui informações sobre assuntos semelhantes que os permitam tomar uma decisão de melhor qualidade e segundo seus interesses específicos do que outros indivíduos.

Dessa forma, é importante verificar se o nível de evidenciação de passivos ambientais é satisfatório e cumpre o seu real papel, que é o de informar os *stakeholders* sobre a totalidade da informação.

O ponto da assimetria informacional tem relevância para esse estudo, pois ele remete à diferença de tratamento que pode privilegiar alguns usuários e prejudicar outros, justamente por conta do nível de informação adequada.

A assimetria é radicalmente contra a evidenciação justa, uma vez que a ética pressupõe que todos aqueles que necessitam da informação contábil a tenham de forma equitativa e sem privilégios (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

De acordo com Tinoco e Kraemer (2011, p. 234):

O objetivo da evidenciação é o de divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os provedores de capital, considerando a relevância dos demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosas.

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 511) citam a disposição do Financial Accounting Standard Board (FASB), “a divulgação financeira deve fornecer informação útil para a tomada de decisões racionais de investimento, concessão de crédito etc. por investidores e credores atuais e futuros, bem como outros usuários”.

A busca pela transparência no nível de *disclosure* é importante para que, independentemente do tipo de demanda pelo usuário, não haja eventual favorecimento de um em detrimento de outro. Constata-se, assim, que o *disclosure* é a última fase do ciclo contábil, caracterizado, inicialmente, pelos processos de reconhecimento e mensuração (MURCIA, 2009).

## 2.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade ambiental passa a ter *status* de novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do relatório financeiro e contábil sobre o passivo e custos ambientais, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade (TINOCO; KRAMER, 2011). A contabilidade vem ampliando sua dimensão, servindo de instrumento benéfico à sociedade como um todo, e sobretudo, estimulando o uso mais eficiente dos recursos naturais, tornando-se um banco de dados para a tomada de decisão.

Ademais, segundo os autores supracitados, a contabilidade é entendida como meio de fornecer informações aos mais diversos interessados, e, portanto, deve responder a esse novo desafio, ou seja, a relação da corporação com o meio ambiente, demonstrando as consequências e responsabilidades relativas à questão ambiental.

A inclusão da proteção ambiental passa a incorporar a cultura e os valores das organizações, processos são revistos, equipamentos são substituídos, programas de reciclagem e medidas para economizar energia, e outras inovações estão no cotidiano das organizações, o *marketing* verde surge, e seus pioneiros o divulgam como um diferencial que a marca oferece à sociedade.

Um bom exemplo é o do Banco Santander, que, há mais de dez anos, criou o Fundo *Ethical*, possibilitando a seus cotistas investir em ações de empresas que, além do tradicional potencial de valorização, se destacam por sua postura em relação a seus acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, governo e sociedade, ou seja, empresas que acreditam em um mundo mais sustentável, incorporando aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa como estratégia de negócio (SANTANDER ASSET MANAGEMENT, 2015).

Nesse contexto, as empresas incorporam à sua cultura conceitos de sustentabilidade empresarial com o objetivo de zelar pela sua imagem pública, ligando-se dessa forma à prática de ações comprometidas com o equilíbrio ambiental. Com isso, a sociedade se beneficia e a empresa ganha valor pela transparência e passa a obter redução de custos como multas de natureza ambiental.

As práticas socioambientais influenciam positivamente os relacionamentos não apenas com os investidores, mas também com os demais *stakeholders* da cadeia de negócio da firma, de maneira a criar condições favoráveis para a sustentabilidade empresarial por meio de informações socioambientais transparentes (MILANI FILHO, 2008).

E nesse novo contexto, a atuação da empresa de forma sustentável e sua relação com o meio ambiente ganham uma nova dimensão e relevância, e a contabilidade passa a ter um papel relevante no *disclosure* de informações dessa natureza.

#### **2.4 A DIVULGAÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES AMBIENTAIS E SUA IMPORTÂNCIA**

A cada dia, a sociedade exige que as empresas se posicionem antecipadamente e voluntariamente em relação aos impactos ambientais gerados por suas atividades; em contrapartida, torna-se cada vez mais notória a crescente necessidade da divulgação de passivos ambientais.

As empresas precisam evidenciar com mais transparência suas atividades ambientais, já que o investidor, o cliente, o fornecedor, os órgãos legais etc. exigem isso. Essa transparência, por exemplo, tem maior credibilidade quando advém de resultados obtidos ou alcançados mediante projetos sociais realizados pelas empresas (GONÇALVES et al., 2008).

A adoção das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) teve como intuito aproximar o Brasil de um nível de evidenciação desejável, e, quando se trata de questões ambientais, ainda que a norma seja genérica, ela obriga a constituição de passivos dessa natureza no balanço patrimonial, tornando clara a importância da informação contábil e sua capacidade preditiva.

O CPC 25 traz, a seguir, a definição de passivo contingente, mas deve-se pontuar que essa é uma norma de natureza genérica, a qual também se aplica aos passivos de natureza ambiental.

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
  - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade (CPC, 2009).



O reconhecimento de uma provisão ambiental pode ocorrer em virtude dos custos que uma entidade tiver de reparar em função de danos já provocados, por exemplo, o vazamento de poços de petróleo, danos ambientais provocados pela inundação de áreas na formação de lagos na construção de hidrelétricas, e embora o CPC 25 obrigue a divulgação de provisões e contingências, não há penalidade caso essas informações não sejam divulgadas pelas empresas (MARTINS et al., 2013).

Um ponto pouco explorado no que se refere à contabilidade ambiental, diz respeito à mensuração e quantificação dos resultados obtidos por um sistema de gestão ambiental, e que geram impactos ativos ou passivos na entidade.

Para facilitar o processo de mensuração de resultados econômicos, financeiros, relacionados ao meio ambiente, Ferreira (2011) sugere a necessidade de ter a unidade monetária como medida de mensuração, e com isso ser capaz de avaliar os ativos, pelos benefícios futuros que podem gerar; e ainda avaliar os passivos efetivos, pelo valor presente da dívida; bem como provisionar os passivos contingentes, também, pelo seu valor presente, de tal forma que seja possível a comparabilidade em diferentes datas e, para tanto, uniformizar as informações, considerando os efeitos inflacionários sobre a moeda.

Ainda que a mensuração dos impactos das contas ambientais seja complexa e difícil, é essencial que a contabilidade as registre com valores confiáveis, procurando refletir a verdadeira posição em que a empresa se encontra com relação aos eventos ligados ao meio ambiente (COSTA, 2012).

De acordo com Tinoco e Kraemer (2011), no Brasil a maneira como é realizada a divulgação das demonstrações financeiras não atende ao preceito básico que inclui a organização e todas as suas variáveis em um contexto amplo. Dessa forma, dá-se pouca importância ao social, e foca-se essencialmente os provedores de capital.

Segundo Costa (2012), os reflexos ambientais na contabilidade podem ser evidenciados de duas maneiras: uma nas demonstrações financeiras já existentes e outra em relatórios contábeis agregativos (separados), que já são utilizados por algumas empresas de vários setores da economia.

Nas publicações do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as demonstrações são totalmente fechadas, não dando brecha para conhecimento por parte dos usuários do grau de comprometimento da empresa para com a natureza, portanto, poderiam ser destacadas de forma simples nas Notas Explicativas.

Uma alternativa à citada anteriormente seria a adoção do Balanço Social, utilizando-se o modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de modo mais transparente possível, informações econômicas e sociais, das questões relativas aos empregados de uma empresa, até os mais diferentes usuários de seus produtos e serviços. Significa compromisso com a transparência e exatidão de todo o seu processo produtivo, e de como a empresa se insere nos diversos núcleos de relacionamento (TINOCO; KRAEMER, 2011).

A adoção pela empresa do Balanço Social, como meio de evidenciação, deve apresentar quatro vertentes (MARTINS apud BRAZ, 1999, p. 12), que são: a de recursos humanos, que trata da relação com seus colaboradores; as de natureza ambiental, que trata sua relação com meio ambiente; a das relações com a sociedade e, ainda, o valor adicionado.



### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 3.1. TIPO DE PESQUISA E MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa realizada foi de natureza exploratória-descritiva, na qual se procurou levantar os padrões e aderência da evidenciação de passivos ambientais contingentes nas demonstrações financeiras.

A pesquisa descritiva é adequada para estudos que buscam elucidar questionamentos a partir de características de determinado grupo e com relações entre variáveis similares, tendo também como objetivo o fornecimento e subsídios para outros estudos, inclusive de naturezas diferentes.

E, nesse sentido, Gil (2002, p. 46) afirma que:

I. pesquisas exploratórias: têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores... Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato;

II. pesquisas descritivas: têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis... Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza desta relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas, a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Lakatos e Marconi (2008, p. 86) complementam alegando que a pesquisa exploratória, como um grupo componente de pesquisa de campo, tem três finalidades: “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno

para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos, fundamentais dessa modalidade de pesquisa”.

O método de pesquisa teve uma abordagem qualitativa, por fazer exames e reflexões acerca de banco de dados secundários, extrapolando-se as percepções quanto ao nível de *disclosure* dos passivos ambientais contingentes.

Segundo Gil (2002), a análise qualitativa depende de muitos fatores e esse processo representa uma sequência de atividades que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. Ainda, o autor afirma que, nas pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias em geral é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista a obter ideais mais abrangentes e significativos.

De acordo com Lakatos e Marconi (2008), a pesquisa com dados secundários é aquela que abrange toda a literatura pública em relação ao tema em estudo.

### 3.2 AMOSTRA

A amostra do estudo que, para Silva (2003), representa uma parcela convenientemente selecionada do universo, compreende as empresas do setor de energia listadas na BM&F Bovespa com valores de ativo acima de R\$ 10 bilhões no ano de 2014, que atualmente são 16 de um universo de 64 empresas.

A amostra pode ser caracterizada como intencional, quando, de acordo com Gil (2002), consiste em selecionar um subgrupo da população, que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. Dessa maneira, a amostra compreendeu as empresas que potencialmente possuem um volume mais relevante de *disclosure* de informações ambientais, dada sua maior participação no segmento em questão quando comparadas com as demais com menores valores de ativo. Uma vez feitas tais colocações, elenca-se a seguir o universo de empresas que foram parte do presente estudo:

Eletrobras	Light S/A
Cemig	Tractebel
CPFL Energia	Energias BR (EDP)
Copel	AES Elpa
Neoenergia	Rede Energia

Energisa	CPFL Renováveis
CIA Brasileira de Energia	Eletropaulo
Cesp	Equatorial

Quadro 2 Amostra das Empresas.

Fonte: BM&F Bovespa (2016), adaptado pelos autores.

As empresas em questão não compreendem todo o universo das disponíveis, pois, para que a inferência fosse relevante, optou-se por delimitar tal universo.

### 3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

A partir das DFPs e as informações nelas contidas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que para Bardin (2011, p. 48), trata-se do conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos (ou não) que permitem inferências de conhecimentos relativos às condições de recepção das mensagens.

Essa forma de análise permite “enriquecer os resultados, ou aumentar a sua validade, aspirando assim a uma interpretação final fundamentada” (BARDIN, 2011, p. 49).

Por ser essa uma técnica que pode ser carregada de alguma subjetividade, os dados serão tabulados e padronizados conforme as exigências mínimas de *disclosure* contidas no CPC 25, pretendendo alcançar a resposta ao problema de pesquisa.

A coleta de dados considerou as DFPs e respectivas Notas Explicativas entre os anos fiscais de 2010 e 2014, em período posterior ao da publicação do CPC 25, e, portanto, supostamente refletindo os requisitos mínimos da norma contábil.

#### 4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A publicação do CPC 25, alinhada com as normas internacionais de contabilidade, teve entre outros objetivos, o intuito de uniformizar as informações que devem ser evidenciadas no que tange aos passivos contingentes, nos quais se incluem os ambientais, estabelecendo-se as informações minimamente necessárias, as quais foram os balizadores para a análise das DFPs das empresas objetos do estudo, conforme se demonstra no Quadro 3, a seguir.

<i>Referência</i>	<i>Item a ser divulgado</i>
I	Valor contábil no início e no fim do período.
II	Provisões adicionais feitas no exercício, incluindo aumento nas provisões existentes.
III	Valores utilizados durante o exercício.
IV	Valores não utilizados e revertidos durante o exercício.
V	Aumento no valor descontado a valor presente.
VI	Breve descrição da natureza da obrigação.
VII	Cronograma esperado para as saídas de benefícios econômicos.
VIII	Indicação das incertezas do valor ou cronograma das saídas de benefícios econômicos.
IX	Valor de qualquer reembolso esperado.

Quadro 3 Itens de divulgação de provisões e passivos ambientais contingentes de acordo com o CPC 25.

Fonte: CPC 25 (CPC, 2009), adaptado pelos autores.

Com o propósito de analisar o nível de *disclosure* de passivos ambientais contingentes, foi utilizada a escala *Likert*, que consiste em tomar um construto e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, e atualmente existem modelos do tipo *Likert* com variações na pontuação, a critério do pesquisador (COSTA; SILVA JÚNIOR, 2014).

Considerando a existência de um total de nove informações possíveis, foi atribuída pontuação que variou de zero a três, a fim de classificar o nível de evidenciação dessas informações, em que “0” representou as empresas que não divulgaram nenhuma

informação; “1” as empresas que evidenciaram entre um e três das informações requeridas; “2” as empresas divulgaram entre quatro e seis dessas informações; e “3” nas situações em que as empresas divulgaram entre sete e nove dessas informações. Para tanto, a soma dos pontos de cada um dos itens categorizados como referências determinou o nível de evidenciação de cada empresa, conforme Tabela 1:

**Tabela 1 - Escala Likert do nível de disclosure de passivos ambientais contingentes**

Empresa	Somatória dos disclosure no período de 2010 a 2014									Escala Likert
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Eletrobras	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Cemig	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
CPFL Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Copel	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Neoenergia	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Energisa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cia Brasileira de Energia	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Cesp	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Light S/A	5	5	5	5	5	5	0	0	5	3
Tractebel	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Energias BR (EDP)	5	5	5	5	5	5	0	0	5	3
AES Elpa	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Rede Energia	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
CPFL Renováveis	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Eletropaulo	5	5	5	5	0	5	0	0	5	2
Equatorial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos Autores

Para Costa e Silva Júnior (2014), estudos empíricos mostram que, em escalas de múltiplos itens com mensuração refletiva em relação ao construto, a confiabilidade é melhor em escalas cujos itens são medidos com mais de sete pontos, e diminui quando os itens possuem menos de cinco pontos.

Ainda para fins de depuração do nível de *disclosure*, adotou-se o método de estatística descritiva da divisão por quartil. Como a pontuação máxima de cada empresa era de 45 pontos (nove itens com pontuação com peso igual um pelos cinco anos), consignou-se que o primeiro quartil seria de 0 a 11 pontos; o segundo de 12 a 23; o terceiro de 24 a 35 e o quarto de 36 a 45.

Dessa maneira, a fim de classificar o nível de evidenciação dessas informações, o primeiro quartil representou as empresas que não divulgaram nenhum tipo de informação; o segundo quartil compreendeu as que evidenciaram um nível não satisfatório; o terceiro abrangeu as empresas que divulgaram um nível moderadamente satisfatório dessas informações; e o quarto para as empresas que divulgaram um nível satisfatório.

Assim, foram analisadas as informações das empresas e elaborada a Tabela 2, a seguir, apresentando a pontuação alcançada por elas em cada um dos itens requeridos pelo CPC 25.

**Tabela 2 - Nível de *disclosure* dos itens previstos pelo CPC 25**

<i>Empresa</i>	<i>Pontuação alcançada entre 2010 e 2014 por Referência</i>									<i>Total</i>
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Eletrobras	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Cemig	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
CPFL Energia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Copel	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Neoenergia	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Energisa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
Cia Brasileira de Energia	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Cesp	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Light S/A	5	5	5	5	5	5	0	0	5	<b>35</b>
Tractebel	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Energias BR (EDP)	5	5	5	5	5	5	0	0	5	<b>35</b>
AES Elpa	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Rede Energia	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
CPFL Renováveis	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Eletropaulo	5	5	5	5	0	5	0	0	5	<b>30</b>
Equatorial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>65</b>	<b>10</b>	<b>65</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>65</b>	<b>400</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Do resultado dessa análise, enxerga-se que as empresas evidenciaram um grau significativo de informações de passivos ambientais contingentes que compreendem valores; as mutações de tais valores e a descrição da natureza de tais passivos.

A Tabela 3 demonstra a estatística descritiva referente à variável nível *disclosure*, sendo que o total de empresas que compõem a amostra evidenciaram em média 55,56% do total de informações de passivos ambientais contingentes a serem divulgadas. Ademais, o desvio-padrão que corresponde a 38,71% indica a quantidade de empresas que apresentam um baixo nível de *disclosure*. Por fim, demonstra-se que os percentuais mínimos e máximos foram 0,00% e 81,25%, respectivamente.

Tabela 3 Estatística descritiva do nível de *disclosure*.

<i>Média</i>	<i>Desvio-padrão</i>	<i>Máximo</i>	<i>Mínimo</i>
55,56%	38,71%	81,25%	0,00%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com o intuito de avaliar a fidedignidade da pesquisa, utilizou-se o *Alfa de Cronbach*, cujo objetivo é avaliar a extensão em que os itens formam uma escala internamente consistente.

O *Alfa de Cronbach* é tido como a principal ferramenta para testar confiabilidade e objetiva aspectos de testes ou escalas, como itens, sujeitos ou avaliadores, são amostrados de um domínio pré-definido (CORTINA, 1993).

A Tabela 4 apresenta os resultados do *Alfa de Cronbach*, que foi igual a 0,73.

Tabela 4 Alpha de Cronbach.

<i>k (número de item)</i>	<i>Variância Itens/Sujeito</i>	<i>Alfa de Cronbach</i>
1,125	0,65	0,73

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com Hora, Monteiro e Arica (2010), é relevante ressaltar que, apesar de a literatura científica a respeito das aplicações do coeficiente nas diversas áreas do conhecimento ser ampla e abrangente, ainda não existe um consenso entre os pesquisadores acerca da interpretação da confiabilidade de um questionário obtido a partir do valor desse coeficiente. Não há um valor mínimo definido para o coeficiente *Alfa de Cronbach* ser aceito como bom, mas acha-se na literatura o valor de 0,70 como mínimo aceitável.

Da análise dos conteúdos das Notas Explicativas das DPFs, depreende-se que em geral as empresas visam não somente atender o *disclosure* requerido pela norma contábil, existe um senso comum no meio acadêmico de que as empresas objetivam demonstrar ações positivas no âmbito ambiental, reconhecendo ainda que seu negócio impacta de alguma forma o meio ambiente, mas que por outro lado elas buscam minimizar tais impactos. Nesse mesmo contexto, poucas atendem a aspectos de natureza econômica que abrangem aumento no valor descontado a valor presente e indicação da expectativa de tempo para liquidação desses passivos.

As empresas que possuem um nível moderadamente satisfatório de *disclosure*, por cumprirem com o maior número de informações, foram Light e Energias BR (EDP). Essas empresas atingiram um nível na primeira faixa do quarto quartil, ou seja, uma pontuação de 35 dos 45 pontos possíveis.

Na contramão das que possuem um nível satisfatório de *disclosure*, estão CPFL Energia, Energisa e Equatorial, as quais não apresentaram nenhuma informação de passivos ambientais contingentes, no entanto indicam que tratam do tema adequadamente.

A CPFL Energia afirma que possui programa de gestão ambiental e que sua Diretoria Jurídica atua em questões ambientais (multas, ações judiciais, infrações etc.).

A Energisa alega que trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, por meio de programas, mas as informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

A Equatorial informa que a exposição aos riscos ambientais, com base na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações. Apesar das constatações citadas anteriormente no que se refere às empresas que apresentam um baixo nível de *disclosure*, não foi possível identificar se eventualmente essas empresas deixaram de efetuar o *disclosure* de possíveis passivos ambientais contingentes e os motivos que as levariam a tal postura.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, que considerou informações das DFPs, em especial as das Notas Explicativas, embora tenha sido possível constatar informações de passivos ambientais contingentes, notou-se que, pelo fato de não haver uma padronização quanto à forma que tais informações devam ser divulgadas e tão somente os itens que devem ser divulgados, a análise de informações dessa natureza é dificultada, assim como a identificação de quais seriam os impactos financeiros tempestivos.

Diante do exposto, percebe-se que, pelo fato de o passivo ambiental contingente ser um aspecto negativo, e que pela norma contábil deve constar nas demonstrações financeiras das empresas, estes deveriam ser evidenciados em sua totalidade. Como consequência, talvez isso possa trazer algum tipo de impacto em termos de imagem perante a sociedade, ou ainda em termos financeiros, uma vez que os *stakeholders* poderiam passar a considerar o Balanço Social e a relevância de passivos ambientais durante o processo de decisão de investir ou não em determinada empresa.

Ainda que o resultado alcançado pela pesquisa tenha sido moderadamente satisfatório, porque, de maneira geral, as empresas objetos do estudo, apresentaram um bom nível de *disclosure*, todas poderiam melhorar a qualidade da informação, tendo em mente que os resultados não devem ser extrapolados para todo universo de empresas do setor de energia, visto que dentre as limitações desta pesquisa está a amostra que não abrange a totalidade das empresas listadas na BM&F.

Uma forma de estabelecer compulsoriamente o cumprimento do *disclosure* de passivos ambientais contingentes em sua totalidade, visando aos interesses dos usuários das informações, seria exigir que as empresas divulgassem as informações com base em um modelo-padrão de *disclosure*, obrigatoriedade essa que poderia ser estendida a passivos contingentes de outras naturezas diferentes do objeto deste estudo.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se avaliar os impactos financeiros dos passivos contingentes ambientais aos acionistas desse e de outros setores, em especial as que mais impactam o meio ambiente, a fim de identificar quanto o acionista e o usuário da informação poderiam ser prejudicados pela falta ou pelo baixo nível de *disclosure*.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.



BRAZ, A. A importância do balanço social [Depoimento de Eliseu Martins]. **Revista Mercado de Capitais**, São Paulo, n. 176, p. 12-13, jan./fev. 1999.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTURO – BM&FBOVESPA. **Relações com Investidores/Banco de Dados**, Disponível em: <<http://ri.bmfbovespa.com.br/>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC **Resolução n. 1066, de 23 de janeiro de 2006**. Dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001066](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001066)>. Acesso em: 28 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFC n. 1.180, de 24 de julho de 2009**. Dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1180.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1180.doc)>. Acesso em: 28 nov. 2015.

CORTINA, J. M. What is coefficient alpha? An examination of theory and applications. **Journal of Applied Psychology**, Washington DC, v. 78, p. 98-104, fev. 1993.

COSTA, F. J.; SILVA JÚNIOR, S. D. da. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, São Paulo, v. 15, p. 1-16, out. 2014.

COSTA, C. A. G. da. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **CPC n. 25, de 26 de junho de 2009**. Dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

FERREIRA, A. C. de S. **Contabilidade ambiental** – Uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.



FISHER, J.; FREDERICKSON, J. R.; PEFFER, S. A. The effect of information asymmetry on negotiated budgets: an empirical investigation. **Accounting, Organizations and Society**, n. 27, p. 27-43, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, O.; OTT, E. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, 26, 2002, Salvador. **Anais...** Salvador, 2002.

GONÇALVES, R. S. et al. O. *Social Disclosure* das empresas brasileiras listadas na NYSE e na BOVESPA: sua relação com os níveis de governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 71-94, jan./jun. 2008.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999. (Obra original: *Accounting theory*, 5th ed., 1992).

HORA, H. R. M; MONTEIRO, G. T. R.; ARICA, J. Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um Estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. **Revista Produto & Produção**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 85-103, jun. 2010.

IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 de 1996, Balanço e Ecologia. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação dos dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, E. et al. **Manual de Contabilidade Societária.** São Paulo: Atlas/Fipecafi, 2013.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 47, p. 89-101, ago. 2008.

MOURA, L. A. A. de. **Qualidade e Gestão Ambiental:** sugestões para implantação das normas ISO 14.000 nas empresas. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

MURCIA, F. D. **Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário de Companhias Abertas no Brasil.** 2009. 173f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, São Paulo, 2009.

MURCIA, F. D. et al. Mapeamento da pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período 15 de 1997 a 2007. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p. 7-18, 1º semestre, 2010.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental:** uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA NETO, V. de. Responsabilidade social exige ética e coerência. **Revista Philip Morris**, São Paulo, abr. 2000.

PAIVA, P. R. de. **Contabilidade Ambiental:** evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.



RIBEIRO, M. de S.; LISBOA, L. P. Passivo Ambiental. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 126, p. 8-19, nov./dez. 2000.

SANTANDER ASSET MANAGEMENT. **Investimento Responsável**. Disponível em: <[http://www.santanderassetmanagement.com.br/fisica/pt\\_PT/fisica/Quem-Somos/Investimento-responsavel](http://www.santanderassetmanagement.com.br/fisica/pt_PT/fisica/Quem-Somos/Investimento-responsavel)>. Acesso em: 21 nov. 2015.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade – orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, M. A.; RECH, I. J.; CUNHA, M. F. Influência do isomorfismo no nível da evidenciação de ativos intangíveis. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 8., 17 a 20 de ago. 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AnpCONT, 2014.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

